

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 5,00

nº 904 - 28 de julho a 15 de agosto de 2022



Ricardo Stuckert

MOBILIZAR O POVO PARA DETER O GOLPISMO

Com Lula, nas ruas, exigir o respeito ao voto popular!

JUVENTUDE

UNE convoca atos em 11 de agosto

pág.2

NACIONAL

Outra chacina no Rio, até quando?!

pág.8

HISTÓRIA

200 anos da independência que ainda não houve

pág.10

INTERNACIONAL

Mobilização derruba governo no Sri Lanka

pág.12

UNE convoca atos em 11 de agosto

CONEG aprova apoio a Lula

Dezenas de jovens de 10 estados se reuniram em São Paulo no dia 2 de 22 a 24 de julho reuniram-se representantes de DCEs, UEEs e DAs no Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG da UNE) em São Paulo.

A instância aconteceu dias após Bolsonaro reunir embaixadores para ameaçar o processo eleitoral e reafirmar a possibilidade de não aceitar o resultado das urnas. Essa subida de tom golpista soma-se à violência política no país como foi o caso do assassinato a tiros do companheiro petista Marcelo Arruda por um bolsonarista.

Nos debates, estudantes apresentaram demandas importantes como

a necessidade de reverter a redução na oferta de vagas pelo FIES e ProUni, combater o EAD nos cursos presenciais e reverter os cortes no orçamento da Educação, quando o governo anuncia novos cortes para cumprir o teto de gastos. Estudantes de diversas universidades afirmaram que essa política reduz a assistência estudantil, com corte de bolsas de permanência. Um sentimento correto, ao que se somou a defesa dos militantes da JR do PT da necessidade de revogação da Emenda Constitucional 95 que tem estrangulado o orçamento. Para isso seria necessário avançar no debate sobre a convocação de uma Constituinte Soberana com Lula na presidência.

Inicialmente a UJS, ligada ao PCdoB, propôs apenas dizer na resolução que Lula era o favorito nas pesquisas para derrotar Bolsonaro e que a saída seria uma "frente ampla contra o fascismo". A mesma política que justificou eles desfilar lado a lado com o MBL e o PSDB em 2021. Essa linha da frente ampla, no entanto, não impediu as ameaças golpistas de Bolsonaro e seus generais.

De outro lado, a Oposição de Esquerda (UP e PCB) preferiu atacar o PT e tentaram se esquivar do inevitável debate das eleições.

A JRdoPT defendeu que não tinha como deixar passar a tentativa de Bolsonaro de desrespeito ao voto popular e que o momento exigia que

a UNE chamasse, nas ruas, o voto em Lula para reconstruir e transformar nosso país.

Após intenso debate e com participação da JPT e coletivos do Psol – dividindo a oposição – foi aprovado o apoio a Lula, algo inédito para a UNE, como decisão no 1º turno.

O conselho convocou por consenso o dia 11 de agosto como Dia Nacional de Mobilização "Fora Bolsonaro, em defesa da democracia e por eleições livres". A decisão é importante para colocar o bloco na rua, exigir o respeito ao voto popular e levantar as reivindicações estudantis com medidas que apontem para mudanças profundas.

Victor Caique

Abaixo a censura na UFRGS

Interventor persegue estudantes que apoiam Lula

Dia 21 de julho dezenas de estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) lançaram um comitê em defesa da educação e um manifesto que defendia, dentre outras reivindicações, apoio à candidatura de Lula.

A atividade repercutiu e o interventor, imposto pelo governo Bolsonaro, o reitor Carlos Bulhões, notificou os diretores das unidades com intimidações a servidores e à comunidade afirmando que existiam condutas proibidas a todos no período eleitoral. Disse ainda que "a reitoria tomou conhecimento e está apurando as responsabilidades pelos recentes eventos e manifestações político partidárias".

Em menos de uma semana, os estudantes que tomaram a palavra no lançamento relataram terem sido notificados oficialmente por e-mail e convocados a responder frente ao CONSUN, o conselho universitário.

Bateu o desespero no genocida e sua tropa. À medida em que aumentam as mobilizações em defesa da educação, ligada à exigência pelo fim do governo no período eleitoral, com manifestações de estudantes e entidades em apoio a Lula, querem intimidar e censurar o direito à liberdade de expressão e organização nas Instituições de Ensino Superior. O autoritarismo de Bulhões e de outros capachos de Bolsonaro não passará.



Comitê em defesa da educação na UFRGS

Não vão nos calar. Abaixo a censura!

Os estudantes seguirão resistindo e buscando lutar para achar uma saída, uma forma de reconstruir o que foi

destruído e transformar o país.

A batalha está apenas começando.

Márcia Damke

Brasil bate recorde de novos eleitores em 2022

Por que milhões de jovens tiraram título de eleitor?

Mais de dois milhões de jovens entre 16 e 18 anos tiraram o título de eleitor em 2022. O número ultrapassou 2014 e 2018 e representa aumento de 47,2% em relação às duas últimas eleições presidenciais. As pesquisas indicam que Lula é o preferido da juventude. De acordo com a última rodada do Datafolha, 51% dos jovens, entre 16 e 29 anos, nas principais capitais, votariam em Lula, enquanto Bolsonaro aparece com 20%.

O início do ano registrou o menor número de novos eleitores entre 16 e 18 anos, mas o acirramento eleitoral num quadro de piora das condições

de vida e a entrada de setores artísticos e de entidades incentivando a emissão de títulos para derrotar Bolsonaro levou a um "boom".

O que se percebe nas ruas é que amplos setores da juventude querem mudanças profundas, e de outro lado, demonstram também desconfiança nas instituições velhas e apodrecidas como o Congresso e o judiciário. Mas, predomina também um sentimento de cansaço revoltante de um governo que oprime a juventude, que corta verbas da educação, atacam direitos e joga a juventude no caos sem emprego e perspectivas de futuro. Tem razão!

O governo Bolsonaro e seus generais estão a serviço do capital e, sentindo os ventos de mudanças fungando no cangote, vomitam ameaças golpistas que ameaçam as eleições em outubro.

Não dá para assistir calados, nem esperar uma solução dos poderes institucionais que até aqui só jogaram de palavras ao vento. É preciso resistir com luta!

É em Lula que a maioria dos jovens vê o caminho para virar o jogo. E, uma Constituinte Soberana, com Lula presidente, é a medida necessária para mudar profundamente o país, recuperar os direitos, reconstruir a nação e

reabrir perspectivas à juventude. Foi uma das principais decisões da Plenária Nacional da JRdoPT dia 2 de julho.

O recorde de novos títulos é a expressão de uma juventude que quer buscar mudança e não suporta mais viver sob o governo de Bolsonaro. É nas ruas, com essa disposição, que é o caminho da vitória.

Queremos voltar a sonhar. Queremos escola, investimento nas universidades, saúde, esporte, cultura, lazer e arte. Que o voto dessa juventude seja respeitado.

Kris

Quem pode dar o basta a Bolsonaro?

Depois que Bolsonaro expôs seus intentos golpistas diante de representações diplomáticas de 70 países, o ministro Edson Fachin presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reagiu com um “basta!”. E aí? Aí nada. A não ser Bolsonaro dando novas demonstrações, diante de uma derrota mais que provável, que vai querer botar fogo no circo, sempre acenando com os militares como salvaguarda. Não é fortuito que, na convenção de seu atual partido, no último dia 24, eram vendidas camisetas de apologia do artigo 142 da Constituição (que preservou a tutela militar).

O personagem que saiu do esgoto e hoje é presidente, graças ao golpe de 2016 e a perseguição a Lula que o tirou das últimas eleições presidenciais, também está focado em açular sua turba – hoje mais organizada, e mais armada, que em 2018.

Ele eleva o tom, faz lambança com o presidente de um Congresso comprado a preço de ouro e exhibe seu novo vice, mais um general. Se vai conseguir avançar são outros quinhentos. Isto não quer dizer esperar para ver, mas entrar em campo com a principal arma que temos, que é a mobilização popular.

Porque sejamos razoáveis: foi o TSE que abriu a porta para os milicos colocarem as manguinhas de fora quando os convidou para dar palpite no processo eleitoral. Não

será do Judiciário, o mesmo que se intimidou com um tuíte do general Villas Boas e mandou Lula para a cadeia em 2018 que virá um freio ao golpismo. Não será tampouco das Forças Armadas que se pode esperar uma reação que ponha um breque no homem. Afinal nestes quase quatro anos, generais e oficiais também se locupletaram com os desmandos do capitão. Nenhuma confiança nas Forças Armadas!

Toda e qualquer crítica e reação contra as

NOSSA ARMA É A MOBILIZAÇÃO: RESPEITO AO VOTO POPULAR

intencões golpistas deve ser registrada. Mas não vamos nos iludir! A Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo) e a Febraban (Federação dos bancos) hoje falam em defesa da democracia. Ok. Mas onde estavam mesmo em 2016 quando do golpe e 2018 quando da prisão de Lula e a gestação do Bolsonaro? Estavam, onde sempre estão, na busca de preservar seus negócios e lucros. Democracia para eles tem um valor relativo.

Mas democracia para o povo é algo direto e reto. Democracia para o povo trabalhador é ter de volta a comida na mesa, é ter de volta o emprego e os direitos, é ter direito à saúde e educação públicas, é ter em suas mãos o direito para decidir os destinos da nação. Nesta empreitada o primeiro passo é mobilizar na campanha eleitoral, nas ruas, um amplo movimento pelo respeito ao voto popular, que é o que Bolsonaro ameaça diante do favoritismo incontestado de Lula.

A ampla preferência por Lula – o que não quer dizer um resultado já definido, pois o lado de lá está em ação – tem um sentido claro. Colocar fim à fome de 33 milhões de brasileiros e fim a insegurança alimentar de mais de 100 milhões, Dar emprego aos 10 milhões de desempregados e direitos aos milhões que trabalham sem nenhuma garantia, recuperar para os jovens a perspectiva de um futuro. É por isso que Lula é favorito. É para isso que vamos lutar para elegê-lo, começando pela mobilização pelo respeito ao voto popular. E será para isto que continuaremos lutando, com Lula eleito, para efetivamente reconstruir e transformar este país cujo povo é castigado pelas atuais instituições. Este país precisa, finalmente, ter o que nunca teve, uma Assembleia Constituinte Soberana para romper com os grilhões que sufocam seu povo.

NOTAS

Um clube de tiro por dia

Existem hoje no Brasil 2.061 clubes de tiro em atividade. Segundo dados do Exército – onde os registros são feitos – quase metade (1.006) foi fundado de janeiro de 2019 até maio de 2022, durante o governo Bolsonaro. Isso significa quase um clube aberto por dia. E os clubes de tiro, que em geral eram concentrados em grandes centros urbanos, têm penetrado o interior do país e o número de sócios tem aumentado consideravelmente.

Em 9 de julho, um ato em Brasília pediu a derrubada de restrições ao armamento para “todos os cidadãos”. Sob o lema “não é sobre armas, é sobre liberdade”, a manifestação teve discursos de apoio a Bolsonaro.

Essa expansão acompanha o aumento de armas em circulação:

com as flexibilizações o número de novas pistolas liberadas cresceu 170% no atual governo, e os calibres liberados são cada vez mais pesados. Já foram 19 decretos, 17 portarias, duas resoluções, três instruções normativas e dois Projetos de Lei flexibilizando o acesso a armas e aos calibres que antes eram exclusivos às forças policiais e militares.

Política de Bolsonaro facilita armas ao PCC

Com as atuais regras, está cada vez mais fácil membros de quadrilhas e organizações criminosas comprarem armas. Investigação da Polícia Federal mostra que um membro do PCC (Primeiro Comando da Capital) com mais de 16 processos na Justiça – incluindo homicídio qualificado e tráfico de drogas – obteve o certificado de registro de CAC (caçador, atirador

e colecionador) e conseguiu comprar legalmente duas carabinas, um fuzil, duas pistolas, uma espingarda e um revólver. O valor total do arsenal comprado pelo criminoso está avaliado em mais de R\$ 60 mil.

O armamento foi apreendido pela PF em Uberlândia no dia 14 de julho durante ação que faz parte da

Operação Ludíbrico, que investiga tráfico de armas e cigarros. Para obter o documento que dá acesso à compra de armamentos, foi apresentada somente a certidão negativa de antecedentes criminais na 2ª instância, emitida pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais. O Exército, que concede o certificado, não exigiu certidão negativa da Justiça de primeira instância, onde constam os 16 processos do criminoso!

Memória

JUVENTUDE ORGANIZA LUTA NAS UNIVERSIDADES

A União Nacional dos Estudantes exige que nenhum aumento seja cobrado nas escolas pagas no semestre que se inicia. Igualmente, pronuncia-se contra qualquer aumento nos restaurantes universitários, pela suplementação de verbas nas escolas públicas e pelo arquivamento do projeto do MEC de reestruturação das universidades federais. Essas foram as principais deliberações do maior Coneb (Conselho Nacional de Entidades de Base) da história da UNE, que reuniu cerca de 600 entidades de todo o país em Belo Horizonte (...). A aprovação dessas propostas configura toda uma reorientação da política da UNE. (...) o Coneb acabou por derrotar todas as propostas que se originavam da diretoria da UNE.

O Trabalho nº 161 – 22/7/1982



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Diagramação: Paulo Henrique

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Erika Suruagy:

“enfrentar as ameaças golpistas”

Professora, pré-candidata em PE, foi perseguida por Bolsonaro

Vice presidente licenciada da Associação de Docentes da Universidade Federal Rural de Pernambuco (ADUFERPE), Erika Suruagy, é pré-candidata a deputada estadual pelo PT em Pernambuco.

Em 2021, Bolsonaro determinou que o Ministro da Justiça abrisse um inquérito contra ela, para condená-la por uma campanha de outdoors da ADUFERPE que responsabilizava o presidente pelas mortes na pandemia.

Uma campanha nacional envolvendo dezenas de entidades sindicais, estudantis e democráticas ajudou a fazer pressão para que o inquérito fosse arquivado. Apesar da perseguição, Erika não desanimou, ao contrário, ela está convicta da necessidade de derrotar o genocida e os generais, que agora ameaçam o direito de voto dos brasileiros. “Precisamos enfrentar as ameaças



golpistas de Bolsonaro. É preciso que se respeite o voto popular” afirma a professora.

Educação, sua principal bandeira
“Precisamos revogar a Emenda do

teto dos gastos, recompor os orçamentos para as universidades públicas, revogar a reforma do ensino médio e ampliar a assistência estudantil.” explica a candidata, que defende, para isso, uma Constituinte com Lula.

“Todas as bandeiras que levantamos na pré-campanha se chocam com a estrutura das atuais instituições que só defendem os interesses dos empresários, do agronegócio, do poder econômico. É preciso fazer as reformas estruturais, a reforma agrária, política e do judiciário, e pôr fim a tutela militar. Só a Constituinte será capaz de reconstruir e transformar o país”.

Para isso ela já está em plena atividade de pré-campanha: “já realizamos visitas e reuniões nas comunidades, participamos de debates, atos e panfletagens com o Diálogo e Ação Petista”

Erika questiona, com o DAP, a posição da direção do PT, que abriu mão da candidatura própria para apoiar o PSB “que governa o estado há 16 anos e a prefeitura do Recife há 10 anos com uma política de precarização e privatização dos serviços públicos, ataque aos direitos dos servidores públicos e colocar o estado no mapa de maior desigualdade social do país”.

Ela também se delimita do giro à direita de Marília Arraes: “Por outro lado, Marília saiu do PT, foi para o Solidariedade e segue ampliando aliança com a direita do estado”.

Erika explica que sua campanha estará a serviço da luta pela continuidade do PT. Conclui, por isso, que “a nossa posição que é a do DAP, no primeiro turno, será nem Danilo Cabral (PSB) e nem Marília Arraes (Solidariedade) será voto 13! Afinal, o PT continua...”

Em Santa Catarina, Renê Munaro se dispõe a

construir um mandato da classe trabalhadora

Liderança sindical em Florianópolis, é pré-candidato a deputado federal



Mais de 200 trabalhadores e jovens participaram do Lançamento da Pré-Candidatura a Deputado Federal de Renê Munaro, dia 9 de julho. O evento reuniu dirigentes sindicais, de movimentos populares, estudantis e partidários de onze cidades.

Trabalhador da Prefeitura de Florianópolis, Renê é presidente licenciado de um dos mais combativos sindicatos de Santa Catarina e colocou seu nome à disposição do Partido dos

Trabalhadores.

Farmacêutico de formação, à frente do Sintrase (municipais de Florianópolis), Renê ajudou a liderar mobilizações dos trabalhadores da saúde e também liderou greves contra a privatização dos serviços de limpeza urbana da capital catarinense e da educação, na conquista pela aplicação do piso nacional.

Seu lançamento trouxe como eixo central a defesa de um programa de emergência para a nação que

consiste em defender os empregos, o aumento geral dos salários e o tabelamento dos preços da cesta-básica, a revogação das contrarreformas, o despejo zero, a reforma agrária e reforma urbana, contra as terceirizações e privatizações em defesa do serviço público, e pela desmilitarização da PM.

Foi reafirmado o compromisso com a luta contra todo tipo de opressão: aos negros, às mulheres e à população LGBTQIA+. Ainda, na defesa das lutas da juventude, das pessoas com deficiência, do povo indígena e do povo quilombola.

Renê afirmou, no entanto, que para avançar nessas medidas e reconstruir o país será preciso encarar uma perspectiva de ruptura com o sistema atual que oprime a classe trabalhadora e, para isso, defende a convocação de uma Constituinte Soberana com Lula presidente, que dará voz e vez ao povo.

Apoios se ampliam

A pré-candidatura está sendo construída de forma coletiva, especialmente pelos militantes dos núcleos do Diálogo e Ação Petista de Santa Catarina e recebe cada vez mais



apoios. Na região de Itajaí a presidente do PT de Navegantes, Cris Lira, já confirmou apoio. Em Joinville, maior cidade do estado, Jane Becker, presidente do Sindicato dos servidores públicos municipais (Sinsej), está com Renê para construir um mandato que de fato represente os interesses da classe trabalhadora. Confirmando a adesão do movimento sindical, Helio Samuel, secretário geral do Sintect-SC (Correios) e Bruno Ziliotto, presidente do Sintrase (municipais da capital Florianópolis) também declararam apoio.

A campanha manterá independência financeira, contando com apoio daqueles que defendem um programa de Reconstrução e Transformação do país, sem deixar sempre de reafirmar: Só o povo salva o povo!

Juçara Rosa

DAP ALERTA: DIREITO DE VOTO ESTÁ AMEAÇADO

No 15º Encontro Nacional do PT, DAP faz chamado à resistência

O 15º Encontro Nacional do PT, realizado no dia 20 de julho, esteve muito longe de colocar o partido à altura de suas responsabilidades diante da aguda crise nacional.

Foi um evento virtual, com a participação de pouco mais de 600 delegados dos mais de 800 inscritos. Pouco mais de 100 permaneceram até o final.

Mais grave foi a total insuficiência da discussão política. Enquanto os muitos oradores se sucediam, era realizada a votação (virtual) da única questão a ser deliberada no encontro: sobre a chapa majoritária (incluindo o vice Alckmin), as alianças e as diretrizes programáticas.

Cabia aos delegados apenas

homologar as decisões do Diretório Nacional. O DAP votou a favor da resolução, registrando em ata. Sua ressalva em relação a três pontos (Alckmin, alianças e diretrizes), deixando claro, entretanto, que fará a campanha para eleger Lula com todas as suas forças.

No final esvaziado do Encontro, foi lido um texto sobre conjuntura, fruto de um consenso entre as várias tendências, do qual o DAP declinou participar.

Alerta!

Falando pelo DAP, Markus Sokol, da Executiva nacional do PT, leu o Compromisso aprovado por aclamação no ato nacional Constituinte com

Lula, promovido pelo DAP no dia 2 de julho, em São Paulo, com mais de mil participantes. Em seguida, mostrou como, nas semanas seguintes, a crise se aprofundou, com a aprovação do estado de emergência e o recrudescimento das ameaças golpistas de Bolsonaro: “O direito de voto está em questão, ameaçado por um dos poderes com a omissão dos demais”.

Alguns dirigentes do PT dizem que Bolsonaro está blefando. Sokol questionou: “Quem pode garantir que é blefe? Quem pode saber até onde os militares estão dispostos a ir?” Afirmou que os atos de intimidação e violência, como o assassinato do petista Marcelo Arruda em Foz do Iguaçu (PR) não são casuais, eles criam um clima

propício à intimidação, que pode facilitar o golpe.

Por fim, Sokol disse que o PT não pode confiar nessas instituições apodrecidas, nem no MDB, muito menos nos embaixadores. “Não vão ser os embaixadores, e nem mesmo o embaixador norte-americano, que vai dar posse a um governo Lula legitimado pelo povo. Nunca foi assim, não será agora”. Defendeu que devemos abrir canais para a resistência popular se manifestar. Propôs a realização de um grande comício público da campanha Lula o quanto antes.

Em tempo: o PT anunciou dia 25 que promoverá um grande comício Lula dia 20 de agosto, no Vale do Anhangabaú, em São Paulo.

CONSTITUINTE COM LULA: DEBATE EM MANAUS

No dia 21 de julho ocorreu em Manaus, na sede do Sindsep-AM (sindicato dos servidores federais do Amazonas) uma plenária reunindo 60 pessoas para debater os resultados do ato nacional pela Constituinte com Lula, promovido pelo DAP no dia 2 de julho, em São Paulo.

Trabalhadores de vários órgãos públicos, militantes petistas e jovens debateram o Compromisso aprovado no ato, que foi distribuído para os presentes.

Everaldo Andrade, do DAP Docentes (grupo nacional de professores universitários do DAP) e que esteve na mesa do ato nacional, fez a exposição inicial, defendendo a luta pela Constituinte Soberana combinada com a defesa de medidas de emergência, como o único meio de garantir a vitória de Lula e abrir caminho para a transformação do país.

O secretário-geral do Sindsep-AM,



A reunião de Manaus teve cerca de 60 presentes.

Walter Matos, ressaltou a importância de se debater o tema junto à base. Segundo ele, uma nova Constituição poderia garantir ao serviço público melhores condições de trabalho e a recomposição de direitos perdidos ao longo do tempo. Para o servidor do Ministério da Saúde, Raimundo Marcos Pinheiro,

a discussão foi essencial para impulsionar a mobilização pelos direitos dos servidores e para fazer frente ao atual governo. “A coisa está muito difícil, o setor público está praticamente abandonado. Precisamos nos mobilizar mesmo. O Bolsonaro é um homem indigno. Não merece o voto

do cidadão”, comentou.

Conceição Martins, socióloga, falou da sua experiência como professora e sua relação com movimentos de bairro, onde as pessoas se mobilizam pelo trocado no bolso, por melhoria de moradias, por saúde e educação. Para ela, uma Constituinte Soberana pode responder a esses anseios.

No debate foi levantada a necessidade de colocar no centro da campanha Lula, colada com as reivindicações concretas como aumento geral de salários e congelamento dos itens da cesta básica, a bandeira da Constituinte.

Ao final foi aprovada a proposta de uma campanha com novas reuniões por local de trabalho e bairros para ampliar a luta pela Constituinte com Lula, a elaboração de um panfleto local e um convite para todos os petistas e simpatizantes integrarem o núcleo do DAP Manaus.

EM LAJINHA (MG), A QUESTÃO RURAL

No sábado, 23 de julho, reuniu-se na sede do sindicato dos Talhadores Rurais de Lajinha (MG) a plenária de volta do ato nacional pela Constituinte. A reunião contou com a presença dos companheiros Daniel e Farinhada, delegados em SP, que apresentaram o informe das discussões e a declaração aprovada ao final do ato.

Durante o debate, os companheiros e companheiras presentes



Em Lajinha, as reivindicações dos rurais no centro.

destacaram a necessidade do futuro governo Lula revogar as medidas

antipopulares impostas desde o golpe de 2016, em particular as que retiram direitos dos trabalhadores e de ataque à agricultura familiar.

Para Daniel, jovem trabalhador rural de Lajinha, “o encontro demonstrou que muitas mudanças que o Lula precisa fazer devem ser feitas por emendas constitucionais [que precisaria de 3/5 dos votos deste Congresso Ntr] o que exige uma Constituinte”. Para o companheiro

Geraldo, presente na reunião, “Lula não vai conseguir fazer todas as mudanças que precisamos sozinho, o que exigirá a mobilização das organizações sociais e sindicatos para garantir o processo eleitoral”.

Após o debate, os presentes propuseram organizar no início de novembro um encontro regional do DAP da Zona da Mata e aprovaram um calendário de reuniões mensais do núcleo do DAP na região.

Juanito Vieira

Professores da rede privada podem paralisar em agosto

Confederação está convocando greve para dia 17

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee) marcou para 17 de agosto o “Dia Nacional de Paralisação para o Ensino Privado”. Os trabalhadores do ensino básico e superior estão sendo chamados a somarem forças contra os ataques aos seus direitos e reivindicações, desferidos pelos patrões do setor, principalmente as grandes corporações educacionais.

O professor Tico, diretor da Contee e dirigente do Sinproep-DF explicou “desde o golpe de 2016 houve uma investida ensandecida do patronato pelo rebaixamento do custo do trabalho em geral e que atingiu em particular a educação privada”. Para Tico primeiro veio “a aprovação da Reforma Trabalhista, que trouxe o negociado sobre o legislado, o Acordo Coletivo de Trabalho (por empresa) prevalecendo sobre a Convenção Coletiva de Trabalho”. Depois foi “o fim da ultratividade da norma,

demissões coletivas sem comunicado aos sindicatos de professores, redução do intervalo, inter jornada, fim das assistências sindicais nas rescisões de contrato e outras medidas”.

Demissões e desqualificação do ensino

Com a pandemia de Covid-19, os grandes conglomerados educacionais privados no ensino superior universitário aceleraram a imposição do Ensino à Distância (EAD).

Uma professora de Minas Gerais explica o caso da rede de ensino Estácio: “no final deste semestre em julho houve demissões em massa em Juiz de Fora nos cursos presenciais”. As aulas presenciais estão sendo substituídas para aulas gravadas online. Ela explica que “um colega chegou a lecionar online para mais de 500 alunos. Somos chamados de professores nacionais, pois lecionamos para todas as unidades da instituição”.

A descrição é detalhada por ela “não recebemos nada a mais em

nossa hora-aula. Imagina corrigir provas e atividades de 500 alunos? No presencial temos 45 alunos. É muito diferente. Um colega professor entrou em colapso de saúde por não aguentar a pressão. Ele não conseguia fazer a chamada das aulas”. Tudo isso em cursos presenciais, mas que Universidades privadas seguem empurrando os alunos para aulas online muito mais lucrativas para seus caixas.

Ainda segundo o professor Tico, da Contee “os trabalhadores do ensino superior são os que mais sofrem com o EAD, mas também avançam, com essa modalidade, no ensino básico. As demissões cresceram e tendem a crescer mais, além do próprio problema da qualidade na formação dos alunos”.

Patrões se recusam a negociar

O professor Zé Carlos, vice-presidente do Sinpro-ABC relata que “mantenedoras, apresentam uma

proposta de reajuste de 4% agora, 2% em janeiro de 2023 e abono de 30% em outubro, que não se incorpora ao salário. As nossas assembleias rejeitaram a proposta patronal”. Zé Carlos explica que a reivindicação da categoria é “10,57% de reajuste, mais um abono que recomponha às perdas da massa salarial acumulada. Outra reivindicação apresentada pelos sindicatos para Convenção Coletiva é barrar a farra da transformação de aulas presenciais para aulas EAD”. Para o professor o desafio é superar “a falta de mobilização nos locais de trabalho. Essa é a importância da data de 17 de agosto, convocada pela Contee para fazermos ações nas bases e pressionarmos os patrões. Colocar a categoria em movimento para mostrar a força que ela tem. Não dá para ficarmos com medo do desemprego, se depender destes patrões não haverá mais emprego, apenas tele-aulas gravadas”.

Alexandre Linares

Trabalhadores dos Correios em campanha salarial

Diante do impasse nas negociações categoria pode ir à greve



Assembleia dos trabalhadores dos Correios (MG) rejeita proposta da empresa

Os trabalhadores dos Correios, através da Fentect (Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios, Telégrafos e Similares), filiada à CUT e seus sindicatos estão diante, novamente, de uma dura campanha salarial e luta para a defesa da estatal.

O General Floriano Peixoto que preside a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), seguindo a cartilha de Paulo Guedes e Bolsonaro, busca reduzir os direitos dos trabalhadores. Isso se arrasta desde 2020, quando o Acordo Coletivo de Trabalho foi

completamente “rasgado” e várias conquistas foram perdidas.

A campanha salarial se desenvolve de forma dura, o que exigiria que a CUT buscasse unificar as campanhas salariais do 2º Semestre: bancários, petroleiros, que também são categorias nacionais, além dos metalúrgicos, estão também em mobilização. A unidade é necessária para preservar direitos e defender as estatais.

Trabalhadores exigem verdadeira negociação

Nas negociações a ECT finge que negocia, mas se recusa, nos fatos,

a debater a pauta apresentada pela Fentect, chegando a interromper, numa audiência, a apresentação da federação. A proposta da empresa prevê apenas 90% do IPCA, (aproximadamente 10,5%), portanto sem recuperar as perdas salariais, e o fim do “Postal Saúde” (plano de saúde) com contratação de uma operadora de mercado com pagamento de mensalidade e coparticipação dos trabalhadores.

Além disso, a ECT quer censurar os trabalhadores, impondo a proibição de manifestações políticas. Inaceitável, essa proposta foi recusada pelos sindicatos.

O calendário de mobilização prevê ações para exigir o avanço das

negociações, “estamos na campanha de Lula Presidente, mas desde já precisamos reverter os ataques à categoria e a classe trabalhadora como um todo”, afirma Osvaldo Silva Rodrigues, Diretor do Sincotelba (Correios da Bahia).

Ao mesmo tempo que os trabalhadores lutam pelo reajuste salarial, levantam a defesa dos Correios Público e Estatal, ameaçado por esse governo.

No fechamento desta edição foi realizado um dia de mobilização. Em 9 de agosto ocorre uma nova rodada de assembleias para avaliar a campanha salarial com o indicativo de greve para 31 de agosto.

João B. Gomes



ANDES-SN DECIDE LAVAR AS MÃOS DIANTE DA LUTA ELEITORAL PARA DERROTAR BOLSONARO

“O 65º Conselho de Seções Sindicais do Andes-SN (65º CONAD) se reuniu no fim de semana de 15 a 17 de julho. Foi a maior instância do sindicato a se reunir antes das eleições de outubro. E decepcionou a categoria!” denuncia uma nota do Renova ANDES, fórum de oposição a atual diretoria do Sindicato nacional dos Docentes (professores universitários). De acordo com o Renova, a questão das eleições foi objeto de apenas 25 minutos de discussão e a diretoria, bem como a maioria dos delegados alinhados a ela recusou a proposta de entregar uma Carta Compromisso a Lula. Ao invés disso decidiram evitar um apoio explícito, decidindo pela entrega de uma carta a todos os candidatos menos Bolsonaro, incluindo aqueles que não tem nenhuma chance de vitória.

É preciso tirar o país do fundo do poço

Medidas de emergência pela reconstrução e transformação do país

Desde 2015, cerca de 4 milhões de empregos com carteira assinada foram destruídos e substituídos por postos de trabalho informal.

O IBGE (PNAD-Contínua do 1º trimestre de 2022) indica que há quase 27 milhões de trabalhadores “subutilizados”; 11,5 milhões a mais do que no final de 2014. Eles representam a soma dos “desocupados” (que procuraram emprego, sem sucesso), “desalentados” (que querem emprego, mas desistiram temporariamente de procurar) e “subocupados” (trabalham em “bico” em apenas parte da semana).

Isso tudo levou a parcela dos trabalhadores ocupados que recebe até um salário mínimo subir de 27% para 38,22% (36,5 milhões de pessoas) entre 2014 e 2022. Lembrando que o salário mínimo é hoje capaz de comprar menos de um quinto de uma cesta básica (bens e serviços



Milhares de pessoas em fila por emprego em SP no dia 16 de maio

vitais básicos de uma família trabalhadora com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social).

O fraco mercado de trabalho, a reforma trabalhista, que o precarizou, e a aferrada inflação enfraqueceram a capacidade de barganha dos trabalhadores. Os que perderam emprego e conseguiram arrumar outro, passaram a receber muito menos. Os que mantiveram

o emprego, estão com salários congelados ou bastante defasados. A maioria dos acordos salariais dos últimos anos tem resultado em reajustes inferiores à inflação - que já corroeu 27% do poder de compra do trabalhador apenas durante o governo Bolsonaro.

De acordo com o IBGE, no primeiro trimestre deste ano, 38,7 milhões de brasileiros estavam no trabalho informal. Entre 2016 e 2022, 76% dos postos de trabalho criados no Brasil foram informais.

Ao todo são 39 milhões de camelôs, pessoas que vivem de bico ou de trabalho precário, sem quaisquer direitos ou benefícios trabalhistas.

A recuperação da renda e do emprego, a superação da fome, exige medidas emergenciais. A transformação do país necessita combiná-las com reformas estruturais. Abaixo elencamos apenas algumas ações imediatas, pelas quais devemos batalhar desde a campanha eleitoral, para um novo governo Lula. Algumas dessas medidas podem vir da caneta presidencial. Outras, no entanto, dependeriam de pelo menos 3/5 num Congresso Nacional altamente conservador. Daí a necessidade de batalharmos pela convocação de uma Assembleia Constituinte Soberana, apoiada nas forças populares e democráticas.

Alberto Handfas

A batalha pela recuperação dos salários

O primeiro passo é a revogação de todas as travas legais e constitucionais aos gastos sociais permitindo a retomada e a expansão de programas sociais e de investimentos públicos. Isso gerará milhões de empregos. O que aquecerá o mercado de trabalho, devolvendo à classe trabalhadora seu poder de mobilização e sua capacidade de arrancar reposições de perdas e aumentos reais de salário.

O segundo passo é revogar as reformas trabalhista e previdenciária, para garantir que a maior parte de tais postos de trabalho gerados sejam formais, de qualidade e com remuneração líquida maior.

O terceiro passo é o reestabelecimento do Programa de Recuperação do Salário Mínimo, abandonado por Bolsonaro, que vinha garantindo

aumentos anuais acima da inflação.

Além disso, o novo governo precisa garantir o tabelamento (regulados) de preços de itens essenciais da cesta básica. Para isso é necessário recompor e ampliar os armazéns da Conab. Bolsonaro fechou dezenas deles, e abandonou a política de regulação de estoques de grãos e alimentos básicos, o que ajudou a disparar os preços. Os programas de auxílio à agricultura familiar (não ao agronegócio) também devem ser retomados e expandidos. Por fim, preços administrados de serviços essenciais – gás, luz, combustíveis, telefonia, planos de saúde etc - devem ser firmemente controlados. A mobilização pela reestatização, a começar pela Eletrobrás, será enfim necessária neste sentido.

A retomada da soberania econômica

É urgente revogar todas as travas que impedem gastos sociais do governo. Desde a promulgação da Constituição de 1988, vários dispositivos foram sendo criados - sempre seguindo as imposições do FMI e dos banqueiros - para desviar receitas (de impostos) ao pagamento de juros da dívida.

Assim, dentre outras, é preciso revogar:

- A “Regra de Ouro” da Constituição Federal, que impede financiamento de gasto social com déficit (mas permite que ele pague juros);
- A Lei de Responsabilidade Fiscal (adotada por Fernando Henrique Cardoso), que obriga a realização de metas de Superávit Primário;
- A Emenda Constitucional-95 – que impôs

o congelamento dos gastos sociais por 20 anos;

▪ E as Desvinculações das Receitas da União (DRU), que suspenderam as obrigações constitucionais de destinar receitas a gastos públicos.

Combinado a isso, medidas de controle de capitais e de centralização cambial serão necessárias para impedir ataques especulativos. O primeiro passo é revogar a “independência” do Banco Central (BC), que rouba do novo governo a soberania sobre política monetária e cambial (portanto fiscal, industrial etc) ao dar à diretoria Banco Central (bolsonarista e ligada aos banqueiros) mandato até início de 2025 e poder para dolarizar a economia e liberalizar fluxos especulativos.

Preços de Combustíveis, impostos e Petrobras

Outra medida imediata é o fim da atual política de preços da Petrobrás (PPI), implementada logo após o golpe de 2016, que segue os preços internacionais - quando o Brasil produz quase a totalidade dos combustíveis aqui consumidos. Ela permitiu a disparada da gasolina, diesel e do gás de cozinha, favorecendo os grandes acionistas (inclusive os estrangeiros). É preciso retomar e aperfeiçoar a regra que garante a redução e a estabilidade dos preços em favor da população e do desenvolvimento nacional. Retomar 100% do controle estatal da Petrobrás é um segundo passo necessário. Antes disso, a revogação da lei de Bolsonaro (PLP18) que reduziu dos tributos (ICMS etc) é urgente.

Aliás, é preciso acabar

com todas as isenções/desonerações a grandes empresas e realizar uma Reforma Tributária, para aumentar os impostos aos milionários (sobretudo os banqueiros, latifundiários e rentistas) e reduzir os da população trabalhadora e mais pobre. De imediato, se apenas forem revogadas as leis de FHC de 1995 que, por exemplo, isentaram remessa de lucros e dividendos (de multinacionais e especuladores) ao exterior e tributação de lucros e dividendos a pessoas físicas e jurídicas, haverá um incremento imediato de mais de R\$ 105 bilhões nas receitas. Se imposto sobre grandes fortunas forem também criados, montantes ainda bem maiores surgirão para garantir gastos sociais, ao desenvolvimento e à geração de empregos.



Em Pernambuco, militantes levantam a bandeira da Constituinte com Lula

Militantes do Diálogo e Ação Petista levantaram cartazes com letras formando a palavra “Constituinte” durante o comício de Lula, em sua passagem por Recife, em Pernambuco, que mobilizou dezenas de milhares de pessoas.

A luta pela “Constituinte com Lula”, ou seja pela convocação de uma Assembleia Constituinte Soberana com a eleição de um novo governo Lula é parte fundamental na batalha para permitir que o futuro governo não fique engessado e possa adotar as medidas de emergência necessárias para tirar o povo brasileiro da situação de miséria, desemprego e fome, superando as instituições apodrecidas que comandam este país em benefício da classe dominante e dos interesses do capital internacional

Mais uma chacina policial no Rio!

Operação do Bope deixou pelo menos 19 mortos no complexo do Alemão

As centenas de cápsulas de armamentos de alto calibre cobriam o chão e davam o tom do que foi a chacina no Complexo do Alemão na noite de quinta-feira (22). O que se via ali era um cenário de guerra, promovido pelas forças de segurança do Rio de Janeiro. A operação, que durou mais de 12 horas, deixou pelo menos 19 mortos e está entre as 5 mais letais da história do Rio.

O episódio brutal confirma a escalada de violência das forças policiais contra a população, tendo como alvo, principalmente, jovens negros.

Em um intervalo de um pouco mais de um ano, Castro, tem sob seu governo 3 das 5 operações policiais mais letais da história. A mais letal, que chocou todo o país, foi a do Jacarezinho, em 2021, que contou com 28 mortos.

Castro foi eleito como vice-governador na chapa com Witzel que, durante sua campanha, afirmava que atiraria para matar. Witzel prometeu. Castro cumpriu.

A questão exige uma resposta à altura para frear essa violência. Naturalmente, ela não virá de Bolsonaro. De Brasília, o presidente lamentou apenas a morte do policial.

Questionado sobre os demais mortos, deu de ombros e virou as costas.

Marcelo Freixo (PSB), candidato ao governo do Rio, apoiado por Lula e o PT, se alinhou com o discurso da direita. No Twitter, além de apoiar as operações “planejadas”, que sempre têm como alvo a juventude negra, se solidarizou exclusivamente com a família do PM morto e a pastora que foi vítima de “bala perdida” na chacina.

Mas e todos os familiares dos outros mortos, majoritariamente negros, que pelo simples fato de serem considerados “suspeitos” receberam uma condenação de morte? Um silêncio constrangedor para o deputado que presidiu a CPI das milícias. O buraco é fundo.

Qual resposta será dada?

A violência do Estado contra o povo não é uma novidade na história do país. Nacionalmente, as polícias, principalmente a militar, protagonizam conflitos e chacinas. Semanas antes da chacina no Alemão, a PM havia matado um jovem de 22 anos, na Lapa, centro boêmio da cidade, com um tiro pelas costas, o que proporcionou a revolta da

população local com barricadas, pedras e conflito direto com a PM, no coração do Rio.

É preciso um basta ao genocídio do povo negro no Brasil. O que vemos na ponta do fuzil é o rastro da nossa malfadada história que nunca resolveu a questão negra, nacional. O que vemos nas periferias brasileiras é o julgamento sumário que a polícia dá ao povo, sem direito de contraditório, decretando a pena de morte. A resposta dada às chacinas ainda é insuficiente.

É preciso mudar, profundamente, as estruturas nacionais para dar aos negros uma verdadeira saída desta situação. É preciso desmilitarizar a polícia, encontrar formas de diminuir o encarceramento dos jovens negros, garantir serviço público gratuito e de qualidade nas periferias brasileiras que consigam dar ao povo perspectiva de futuro.

Essas reivindicações precisam estar



Marcelo Freixo @Marcelo... · 21 jul.

O vice do Witzel é fraco e sem rumo. O maior problema de ele ter herdado o cargo sem estar preparado para isso é usar a polícia para fazer política. Hoje morreram um policial e uma mulher no Alemão.

258

282

3.310



Marcelo Freixo @MarceloFreixo

Sou a favor de operações policiais planejadas e com a polícia bem treinada para combater o crime. Minha solidariedade às famílias do PM Bruno Costa e da Letícia Marinho.

15:04 · 21 jul. 22 · Twitter for iPhone

Marcelo Freixo se cala sobre 17 mortos da chacina

na linha de frente. Precisamos romper com esses entulhos do passado, que desde o Brasil Colônia, ainda permanecem vivos no dia a dia do país. É o desafio que está colocado para a campanha de Lula e dos candidatos do PT.

Joelson Souza e Jeffei

“Bolsonaro queria o estado de emergência”

Frei Anastácio (PT-PB), explica porque votou contra a PEC do “desespero”

A PEC do “desespero” ou da “compra de votos”, foi aprovada no Congresso Nacional, depois de votação no Senado e na Câmara. Promulgada, ela se tornou a Emenda Constitucional 123.

A medida prevê a criação de um estado de emergência para justificar o aumento do Auxílio Brasil de R\$400,00 para R\$600,00, a expansão do Vale Gás, um “voucher” de R\$ 1000,00 reais para caminhoneiros autônomos e taxistas, recursos para estados financiarem a gratuidade de idosos no transporte público e crédito para produtores e distribuidores de Etanol. Além disso, prevê ridículos R\$ 500 milhões para compra de alimentos, num país de 33 milhões de famintos. Tudo contornando expressamente a lei eleitoral que veda a “distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública” em ano de eleição.

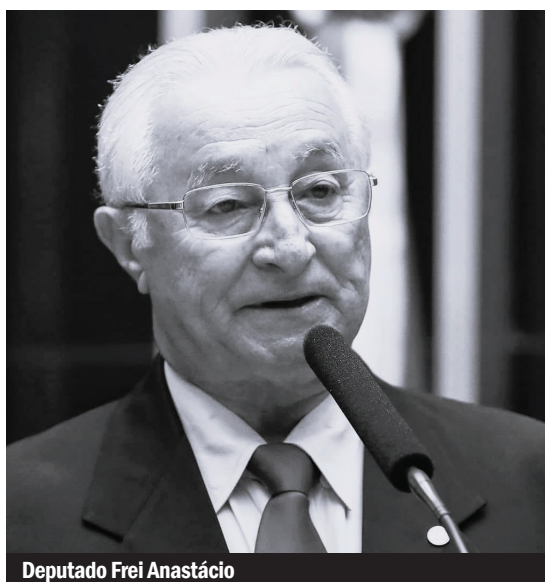
A bancada do PT, acuada, entrou no jogo. A grande maioria votou a favor. Sete se ausentaram da votação: Aírton Faleiro (PA), José Ricardo (AM), Marcon (RS), Rubens Pereira Jr. (MA), Rui Falcão (SP), Zé Carlos (MA) e a presidente nacional, Gleisi

Hoffmann (PR). O deputado Frei Anastácio, do PT da Paraíba, foi o único que votou, corretamente, contra a medida.

Em entrevista concedida a O Trabalho, Frei Anastácio explicou o seu voto: “Eu sei que esse dinheiro vai ajudar a quem precisa. Mas, também tenho a certeza que o que está por trás de toda essa falsa bondade de Bolsonaro é a tentativa de comprar o voto de quem passa fome, através desse benefício.”

De fato, Bolsonaro combateu a proposta da oposição de conceder um benefício mais amplo e com um valor de R\$600,00 ao longo de todo o último período. “Ele passou três anos e meio de governo e nunca falou em aumentar o benefício. Agora, como está desesperado com avaliações negativas em todas as áreas do governo e, cada vez mais, perdendo espaço para Lula nas pesquisas de intenção de voto, adotou esse pacote de bondades”, detona o deputado.

“Além disso, o que ele queria era aprovar o estado de emergência e ficar livre para gastar durante as eleições. O aumento do auxílio foi



Deputado Frei Anastácio

apenas uma distração. Bolsonaro não está preocupado com pobre.” completou Anastácio, que faz uma ressalva: “mesmo diante de tudo isso, eu teria votado a favor se o benefício de R\$ 600 reais fosse permanente”.

Previsto para encerrar em dezembro, a medida pode deixar a partir de 2023, milhões de brasileiros a ver navios ou, na melhor das hipóteses, com um benefício reduzido. “Bolsonaro está livre para continuar com as negociatas, usando o dinheiro

público.

São mais de R\$ 41 bi que ele tem para torrar, fora do teto de gastos. E como existe o estado de emergência, ele poderá fazer diversas outras despesas sem correr o risco de ser processado, ou ter a candidatura impugnada. Na verdade, Bolsonaro está do jeito que ele queria: livre para continuar torrando o dinheiro público.” define Frei Anastácio.

Mesmo tendo votado contra, como voz solitária na bancada federal, o deputado evita criticar ação dos seus companheiros no parlamento, que acabou deixando espaço para Bolsonaro avançar sem uma oposição a altura. “A bancada do PT agiu de forma heróica, até o último minuto, lutando pela aprovação do auxílio de R\$ 600 permanente. Foram horas de debate, apresentação de destaques, pedidos de adiamento de votação. Mas, não teve jeito. Mesmo que a bancada, em peso, tivesse votado contra, a matéria teria passado. Bolsonaro tem uma maioria turbinada pelo orçamento secreto que ficou firme na defesa do mandatário e de olho em mais dinheiro”.

Uma reflexão sobre a situação tumultuosa

O respeito ao voto popular está colocado

A poucos meses da eleição presidencial, Bolsonaro com os generais e o Centrão, ameaçados de derrota, cristalizaram uma nova conjuntura política com elementos anteriores da luta de classes. Examinemos com realismo a situação tumultuosa:

- Bolsonaro fez aprovar no Congresso o “estado de emergência” com certos benefícios sociais que, votados por uma oposição acuada, podem criar confusão eleitoral em setores populares onde não tinha muita entrada.
- O sindicalista e dirigente do PT, Marcelo Arruda, foi assassinado em Foz do Iguaçu. As reações foram limitadas. Outros incidentes em estádios, no comércio e entre vizinhos, antecipam a intimidação eleitoral.
- O presidente “explicou” a diplomatas de 70 Estados que as urnas eletrônicas são fraudulentas. Os outros poderes se omitiram deste crime inédito: o TSE disse “basta” e se bastou; no Congresso, o Senado piscou de um lado, a Câmara de outro, e o resultado foi zero.
- Bolsonaro convocou o desfile militar de 7 de setembro como ato contra o judiciário. Os generais querem controlar as urnas com “votação paralela”. Não seria difícil criar bagunça, violência e insegurança, para um dos poderes acionar a Garantia de Lei e Ordem (art. 142 da Constituição) para intervenção militar, suspender a eleição, apuração ou posse.

Quem vai detê-los?

A ameaça de golpe contra o voto popular está anunciada. Não quer dizer que se realize, ou que vencerá se ocorrer. Mas quem vai detê-los?

Só o povo salva o povo. Este foi o mote de 1000 petistas de todo o país no ato de 2 de julho pela “Constituinte Com Lula”. Agora, é preciso atualizá-lo na mobilização popular, pois a eleição de Lula está ameaçada.

No interesse do povo, se coloca a exigência de Respeito ao Voto Popular. O quanto antes, grandes comícios de rua com essa bandeira – ao lado das medidas sociais emergenciais – devem mobilizar a força do povo. Quem tem a capacidade de convocatória hoje é a campanha Lula (as centrais sindicais e as frentes não têm essa capacidade).

Alguns argumentos

Vamos falar claro, pois há muita ambiguidade.

Há lideranças que falam que é uma bravata de Bolsonaro, mas também falam de “ganhar no 1º turno” como



Bolsonaro reuniu embaixadores para atacar urnas eletrônicas

se comprometesse todos os políticos que o disputam... Então, não seria um blefe. E se não ganhar no 1º turno pode ficar no ar um desânimo.

Depois, comenta-se na imprensa que os generais estão divididos. Mas costuma ser assim nos golpes, só que não há nesse caso nenhum sinal de uma ruptura “legalista”.

Também se diz que Alexandre Moraes presidirá o TSE com firmeza – mas quem garante que impugnar a candidatura de Bolsonaro?

Acreditou-se que a vice para Alckmin ampliaria Lula entre os evangélicos e o agronegócio isolando o intento golpista. Mas nem a moderação da campanha e nem a ampliação dos palanques estaduais com golpistas de 2016, conteve o intento.

É fato que há uma reação de juristas e de empresários, mas não há de outros, e é do mesmo tipo da que dorme em 140 pedidos feitos de impeachment.

Por fim, dizem que não há “apoio internacional” para golpe. Bem, é fato que Biden não é “adepto” de Bolsonaro. Mas a divisão a respeito começa no próprio imperialismo, onde Biden está cotado para perder as eleições de parlamentares de novembro. De modo, que aqui a burguesia fica ainda mais dividida, onde nenhum setor tem capacidade de mobilização, tanto que não existe uma 3ª via.

Por fim, as Forças Armadas dos EUA “profissionais” não embarcaram na aventura do Capitólio comprometidas com a estabilidade do estado imperialista. Não é o caso das FAs do Brasil veteranas de muitos golpes.

Às ruas!

O enfrentamento da ameaça golpista deve vir pelo povo mobilizado

no terreno eleitoral, saindo às ruas. Todo apoio será bem-vindo.

A UNE convoca uma jornada em 11 de agosto que pode aquecer essa luta. A campanha oficial começa dia 16. Por isso é muito importante o anúncio de dois comícios de Lula, Praça da Estação em BH no dia 18, e no Anhangabaú em SP no dia 20. São mais que oportunos!

Outros comícios de rua de massas devem se seguir (não interessa medir forças no dia 7). Está prevista uma grande jornada nacional de atos em 10 de setembro. A mobilização será tanto maior, quanto mais colar nas ruas, na TV e nas mídias, com as medidas emergenciais sociais – de salário, emprego, abastecimento e serviços públicos – em ligação

estreita com a exigência do respeito do voto popular ameaçado.

Os candidatos a deputado apoiados pelo Diálogo e Ação Petista estão motivados nesta mobilização destacando na fala e nos seus materiais:

- a) As medidas de emergência e reivindicações
- b) Tarefas do futuro governo Lula, como a Constituinte Soberana
- c) O respeito do voto popular

A impunidade das manobras golpistas reforça que as instituições estão em frangalhos e o povo desprotegido em todos os sentidos. A Constituinte é uma tarefa-chave do novo governo. Mas não se pode saltar por cima da ameaça concreta à eleição de Lula. Como tampouco se pode anunciar como dado um golpe que pode ser vencido, o que seria um fator de pânico.

Rechaçar a intimidação

A situação é delicada, exige uma discussão ponderada com os petistas, com os sindicalistas, os movimentos e os jovens. Mas as conclusões são simples.

Bolsonaro pode ser finalmente derrotado. Para enxotá-lo é preciso levantar a cabeça contra a intimidação dos generais e das policiais, é preciso rechaçar com firmeza a despropositada ameaça às urnas eletrônicas para dar confiança ao povo oprimido.

A hora é da mais ampla frente única nas ruas para abrir a única saída possível para as massas populares na atual situação: impor a vitória de Lula e abrir um novo capítulo.

Markus Sokol



JUSTIÇA PARA MARCELO ARRUDA!

Apesar das abundantes evidências de que o assassinato do dirigente sindical e tesoureiro do PT, Marcelo Arruda, teve motivação política, a delegada encarregada do caso, conhecida por sua aberta hostilidade ao PT, concluiu no apressado inquérito que não teria havido motivação política para o crime. Na investigação, deixaram de ser tomadas providências elementares, como a apreensão do celular do criminoso e a requisição de câmeras de vídeo. Os advogados da família de Marcelo não tiveram acesso aos autos.

A ação prossegue, tendo o Ministério Público do Paraná reconhecido a motivação política do crime. O assassino vai responder por homicídio duplamente qualificado.

O advogado Daniel Godoy Jr., que move a ação, diz que é impossível omitir a responsabilidade política de Bolsonaro pelo homicídio. O incentivo à violência política por parte do presidente, em vários episódios, já está sendo investigado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos.



O cenário anterior à proclamação de 1822

200 anos da “independência que ainda não houve”

No ano em que se comemoram os 200 anos da Proclamação da Independência no país, publicamos o primeiro de uma série de artigos abordando a questão. O historiador Everaldo de Oliveira Andrade analisa o cenário anterior à proclamação, investigando os principais elementos que levaram a separação formal entre Brasil e Portugal.

O processo de independência do Brasil começou antes de 7 de setembro de 1822 e se prolongou bem depois. Há mais de duzentos anos o capitalismo começava a se consolidar partindo da Inglaterra e se espalhando pelo mundo. O centro da vida econômica começava agora nas novas fábricas, na produção em massa de roupas e equipamentos que não existiam antes e no surgimento de um novo sujeito histórico, a classe operária que dava seus primeiros passos. Nesse caminho o capitalismo e as novas indústrias inglesas foram transformando países e continentes, mudando as sociedades, derrubando velhos impérios e abrindo novos mercados e negócios para a mais poderosa burguesia de então, a inglesa. A burguesia francesa que havia derrubado a monarquia durante a revolução de 1789 tentou se enfrentar durante anos com a Inglaterra para disputar o controle do nascente mercado mundial capitalista. Foram as guerras sob liderança de Napoleão, que terminaram em 1815. Essas guerras entre a França e a Inglaterra tiveram grande impacto internacional.

Capitalismo põe fim império português

A grande capacidade de produção da indústria inglesa comparada com a produção artesanal e das pequenas oficinas precisava cada vez mais abrir novos mercados para vender seus produtos, o que pressionava os velhos impérios como o espanhol e português e suas enormes colônias americanas. Essas tinham mercados fechados e monopólios apenas para seus próprios comerciantes. Os espanhóis tentaram reformar e modernizar seu império com as “reformas borbônicas” e os portugueses com as “reformas pombalinas” do marquês de Pombal, mas nada capaz de impedir o avanço do capitalismo e dos produtos industriais melhores e mais baratos. Essa pressão aumentou quando Napoleão fechou o mercado europeu aos ingleses decretando o Bloqueio Continental em 1806.

Espanha e Portugal desrespeitaram o bloqueio, pois tinham importantes negócios com os ingleses, e foram invadidos pelas tropas napoleônicas em 1808. Com isso, o desmoronamento dos velhos impérios e suas colônias nas Américas se acelerou. O rei Felipe VII da Espanha foi preso pelos franceses e o rei de Portugal fugiu com a corte e ajuda da marinha inglesa para a colônia do Brasil.

Os regimes de Portugal e Espanha estavam sendo engolidos pela guerra entre França e Inglaterra. A revolução industrial, construindo o mercado mundial, provocou uma crise econômica e política nas colônias portuguesas e espanholas, uma desarticulação dos monopólios e privilégios dos seus comerciantes e um realinhamento político dos grupos de proprietários e latifundiários. Entre as massas populares aumentou a fome e a miséria e fermentaram novas revoltas. Portugal já ensaiava desde o começo do século XIX uma mudança econômica como o fim do monopólio do sal em 1801, que a vinda da família real em 1808 aprofunda com a política de abertura comercial dando privilégios aos ingleses, que passam de fato a comandar a vida econômica da colônia brasileira.

Revoltas populares nas Américas

As massas trabalhadoras das colônias americanas se mobilizaram desde antes desses acontecimentos. A Revolução Haitiana de independência começou no mesmo momento da Revolução Francesa de 1789 (o Haiti

era a colônia francesa mais importante e rica naquela época) e foi vitoriosa em 1804 depois de finalmente derrotar as tropas enviadas por Napoleão; libertou quase meio milhão de escravos negros, criou a primeira república livre do continente americano e repercutiu em todos os rincões (os EUA embora independentes desde 1776, mantiveram a escravidão dos negros). O Haiti livre demonstrava claramente para os povos oprimidos que a vitória era possível, que havia uma vertente popular das lutas de independência do continente, que estava enraizada na resistência diária das massas trabalhadoras, em sua maioria escravizadas. A grande revolta indígena de Tupac Amaru no Peru em 1781 sinalizava as futuras guerras de independência na América Espanhola.

No Brasil a luta do povo haitiano por liberdade teve grande repercussão, a notícia vinha pelos navios e chegou a Salvador. A Conjuração Baiana de 1798 (também conhecida como conjuração dos Alfaiates), ao contrário da mais conhecida e elitista revolta de Tiradentes, foi uma insurreição popular principalmente de trabalhadores negros livres e mestiços motivada pela fome. Os panfletos da época defendiam a Proclamação da República e o fim do trabalho escravo. Três dos seus líderes presos foram decapitados e seus corpos esquartejados e expostos pelas ruas de Salvador.

O caminho que levaria à independência do Brasil foi parte das

revoluções de independência que ocorriam em outros países da América Latina. Muitas dessas revoltas propunham independência da Espanha junto com direitos sociais como libertação dos escravos e reformas agrárias. No México uma grande insurreição popular de camponeses indígenas sob a liderança dos padres Hidalgo e Morelos propôs independência com reforma agrária. Também Simon Bolívar teve o apoio do presidente do Haiti Alexandre Petion, que em 1815 forneceu armas e soldados para sua expedição. Bolívar passou a defender a libertação dos escravos e libertou

Venezuela, Colômbia, Equador e, finalmente, Peru e Bolívia depois de vencer com o general Sucre as últimas tropas espanholas na batalha de Ayacucho em dezembro de 1824.

Entre seus generais estava o brasileiro Abreu e Lima.

A ruptura por cima

Quando a família real portuguesa chegou ao Brasil em 1808 foi obrigada a criar uma nova estrutura de controle e administração e se viu forçada a comandar o império português – que tinha outras colônias na África e Ásia – desde o Rio de Janeiro. O tráfico de escravos aumentou, pois interessava tanto aos ingleses como aos comerciantes portugueses e os grandes latifundiários. Com a derrota definitiva de Napoleão em 1815 a Inglaterra começa uma ofensiva comercial que aumenta a subordinação de Portugal e da colônia brasileira. Nesse mesmo ano a coroa portuguesa tenta defender a sua economia contra outros setores concorrentes, decreta a Constituição do Reino Unido de Portugal e Brasil e impõe medidas econômicas que tentam proteger o comércio português, como vinho e azeite.

A Revolução Pernambucana de 1817, articulada pelas elites econômicas de Recife, refletiu essa crise econômica ao propor a Proclamação da República, manutenção da escravidão e liberdades de culto e imprensa. A pressão econômica aumenta e em Portugal uma revolta das classes dominantes – a Revolução do Porto de 1820 – exige a volta da corte e que o Brasil volte a ser colônia. Foi nesse contexto que ocorreram os acontecimentos que provocaram a independência do Brasil a partir de 1822.



Capa do calendário 2022 de O Trabalho. Na pintura "Tropas cercam forte do Brum (PE)" por Daaniel Araújo

Palestinos reafirmam luta contra apartheid israelense

Manifestações de protesto contra a ocupação marcam visita de Biden à região

Correspondentes do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio (CILI) relatam que, em 15 de julho, dia em que o presidente dos EUA, Joe Biden, chegou à cidade de Belém, na Cisjordânia, foram amplamente ouvidas palavras de ordem contra a parcialidade dos EUA em relação à ocupação israelense. Desenhos e murais com fotos da jornalista Shireen Abu Akleh, assassinada pelo exército israelense, e outdoors da organização B'Tselem contra o apartheid israelense foram colocados na rota presidencial.

Houve manifestações em cidades palestinas, nas quais se hastearam bandeiras pretas para simbolizar a rejeição à visita de Biden. Em um muro, estava escrito: "Não queremos apoio financeiro e facilidades econômicas; queremos viver livremente, sem ocupação nem apartheid".

Ghassan Al-Saadi, artista visual e militante político no campo de Jenin, comenta: "É lamentável que a Autoridade Palestina seja uma ferramenta e um agente nas mãos dos Estados Unidos e de Israel. A Autoridade Palestina vendeu o povo palestino e seus direitos por dinheiro estadunidense, a fim de manter a segurança de Israel".



"Dois Estados"?

Para Salvia Abu al-Laban, militante política do bairro Sheikh Jarrah, em Jerusalém, "estamos em conflito com a ocupação, por liberdade e por nossos direitos nacionais". Ela afirma: "Nosso problema com a ocupação não é conseguir algumas facilidades financeiras e econômicas, ou obter algumas licenças aos trabalhadores palestinos para trabalhar em Israel. Queremos liberdade e o fim do regime do apartheid em toda a

Palestina histórica. Não queremos continuar convivendo com este regime racista israelense".

Salvia critica a suposta solução de "dois Estados" (um judaico e outro palestino), defendida por Biden: "De que solução de dois Estados o presidente dos EUA está falando? Na Cisjordânia, o que é uma solução de dois Estados sob um regime colonial racista? Essa solução não é mais realista. Acho que a grande maioria do povo palestino hoje acredita que

a solução de dois Estados se tornou uma grande mentira irrealista e que a luta contra o regime do apartheid e o imperialismo estadunidense é a única garantia de liberdade e que propõe uma alternativa por um só Estado na Palestina histórica".

Muawiya Ali Musa, militante em Jenin, avalia que "o principal objetivo da visita do presidente dos EUA é fortalecer as relações com Israel nos planos militar e de segurança, seja através de apoio financeiro ou militar, e também coordenar medidas militares agressivas contra o Irã e o Hezbollah no sul do Líbano".

Biden, que passou três horas na Cisjordânia em comparação com quarenta e cinco horas em Israel, anunciou novo apoio financeiro à Autoridade Palestina, que deverá ser votado pelo Congresso dos Estados Unidos. "Agora", diz Muawiya Ali Musa, "tudo o que resta para o povo palestino e as organizações palestinas é desenvolver nova estratégia para um novo programa político nacional palestino, construindo um novo movimento nacional de jovens que lidere a luta contra os planos imperialistas dos EUA e o regime do apartheid israelense".

Romper o muro de silêncio sobre o Haiti

Militantes haitianos atualizam informações e pedem solidariedade

Em 25 de julho recebemos, através do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio (CILI), uma segunda carta dos companheiros David Oxigène, do Movimento Liberdade e Igualdade entre Haitianos (Moleghaf), e Dominique Saint-Eloi, coordenador da Central Nacional de Operários Haitianos, que atualiza a situação atravessada pelo Haiti.

Passados dois meses de sua carta anterior de 24 de maio (ver OT nº 901) a situação agravou-se e a primeira nação negra independente do mundo segue mergulhada no caos e na insegurança. Abaixo trechos da nova carta.

Em que pé está a situação hoje?

"A insegurança continua e aumenta, bem como a repressão. O Alto comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos registrou 934 mortes, 684 feridos e 680 raptos de janeiro ao final de junho de 2022. A carestia assume proporções inquietantes nos bairros populares

e a grande maioria de haitianos está no desemprego.

Empresas utilizam grupos armados contra os trabalhadores, como a Rhum Barbancourt que demitiu 100 operários em La Plaine. A situação na indústria têxtil é catastrófica, com fechamento de empresas e demissões em massa. Os trabalhadores têm dificuldades em chegar aos seus locais de trabalho devido aos bloqueios feitos pelas gangues. A insegurança é total nos setores populares, submetidos a todo tipo de violência.

O nosso companheiro Dominique Saint-Eloi (CNOHA) teve o veículo que utiliza para a atividade sindical roubado por bandidos fortemente armados em 13 de julho, os quais agrediram o motorista. O carro foi encontrado completamente inutilizável dias depois.

A ação dessas gangues chegou a ponto de bloquear a Autoridade Portuária Nacional, com os bandidos ocupando a aduana de Porto Príncipe e controlando o desembarque

de mercadorias vindas dos EUA. Também na fronteira terrestre com a República Dominicana, bandidos se apossam de contêineres no centro do Haiti.

Ataques aos trabalhadores e resistência

A empresa S&H Global em Caracol, nordeste do país, demitiu cinco mil trabalhadores. Muitas outras empresas deixam seus empregados em casa, alegando falta de matérias primas, por 15 ou 30 dias, sem receber salários. Mais de 20 mil trabalhadores estão nessa situação.

Em 13 de julho, a capital amaneceu em ebulição. Cidadãos, em particular moto-taxistas, protestavam contra a falta de combustíveis que perdura sob a indiferença das autoridades. Barricadas de pneus em chamas foram levantadas e pedras arremessadas contra a polícia em diversos pontos da região metropolitana de Porto Príncipe, pressionando o governo a agir contra o mercado

negro de combustível, que chega a vendê-lo por um preço quatro vezes maior que o oficial de 250 gourdes o galão.

Enquanto o povo vive esse drama, há um silêncio criminoso das autoridades, das embaixadas do Core Group (Alemanha, Brasil, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, União Européia, OEA e ONU, NdT).

Quatro organizações sindicais - CNOHA, CTSP, Batay Ouvryé e CTH - interpelaram a Federação das Associações de Indústrias do Haiti exigindo negociações para manter empregos e pagar os salários dos trabalhadores."

Os companheiros encerram a sua carta pedindo que se rompa o muro de silêncio sobre o que se passa no Haiti, pedindo a solidariedade política e material para continuar a sua luta por uma solução haitiana para o Haiti sem ingerência externa, por um governo de transição que organize eleições democráticas no país.

Julio Turra

Mobilização derruba governo no Sri Lanka

Uma grande mobilização popular contra o regime corrupto se desenvolve há meses no Sri Lanka, país asiático situado próximo à Índia. Concentrado na principal cidade do país, Colombo, o movimento pediu a saída imediata do presidente Gotabaya Rajapaksa e do primeiro-ministro Ranil Wickremesinghe, responsável pelo massacre da minoria étnica tâmil.

Reivindicou também um sistema de distribuição de alimentos e de gêneros de primeira necessidade, o congelamento de preços e o fim do pagamento da dívida externa. No dia 9 de julho, centenas de milhares de trabalhadores reuniram-se em frente aos palácios governamentais. Três dias depois, Rajapaksa renunciou e fugiu do país. Um novo governo foi formado, com Ranil à frente, que desencadeou uma onda de repressão. Apesar disso as mobilizações prosseguem.

A militante Marisa de Silva, coordenadora da Aliança Popular pelo Direito à Terra, falou sobre a situação, em entrevista concedida ao jornal francês “Informações Operárias”, da qual publicamos trechos.

Informações Operárias – O que ocorreu em 9 de julho?

Marisa de Silva – O dia 9 de julho não pode ser visto sem levar em conta

a situação anterior. É o fim de 74 anos de mentalidade de escravo. São 74 anos de insatisfação, de traição e de raiva contra os políticos que decepcionaram, que oprimiram, que falharam em protegê-los. O dia 9 de julho deve ser visto como um ponto culminante porque a jornada foi liderada pelos jovens. O povo do Sri Lanka só quer que sua voz seja ouvida. Houve um chamado da Galle Face (praça central em Colombo) para que o país tomasse as ruas, para vir a Colombo de qualquer forma. O objetivo era (...) uma saída política pondo um fim ao governo, a este presidente e este primeiro-ministro.

IO – Quais são as exigências dos manifestantes? Os sindicatos e partidos políticos estão representados?

MS – A ocupação dos palácios veio em seguida. Principalmente porque o presidente e o primeiro-ministro não levaram em conta as exigências, mas acima de tudo porque eles não tinham mais o mandato do povo. Rajapaksa queria, até o último momento, um acordo que lhe permitisse escapar. A ocupação da presidência, do palácio presidencial e da residência oficial do primeiro-ministro pôs fim a essa ilusão. O povo ocupou os palácios do governo não para uso individual,



Manifestantes tomam de assalto o palácio do presidente em 9 de julho

mas como um ponto de pressão. O 9 de julho foi o ápice de vários meses de luta econômica, de uma crise humanitária, em que não havia combustível, nem remédios adequados, nem gasolina. As pessoas estão lutando para sobreviver. Os manifestantes são o reflexo da sociedade: em grande parte o cidadão médio, os jovens, os idosos. Todos liderados pelos jovens. Você tem, é claro, as organizações de massa, sindicatos, sociedade civil, partidos políticos, pequenos e grandes. Na luta, eles foram identificados pelos seus grupos de jovens, seus estudantes. A classe trabalhadora estava representada em todos os seus componentes: grupos de mulheres, tâmiles, muçulmanos, trabalhadores

das plantações.

IO – E agora, quanto à mobilização?

MS – Os manifestantes estão pedindo a demissão imediata [do novo governo] e a realização de eleições em um prazo muito curto. Aca-bam de serem formados conselhos populares com representantes de todo o país, que constituirão um órgão de poder, de contraponto, que validará as leis aprovadas pelo Parlamento. Isso dará essencialmente poder ao povo e indicará em que o Parlamento não poderá agir. Um novo documento de exigências está começando a ser desenvolvido e servirá como base para esses conselhos.

Já está à venda o livro Ciência e Revolução Social

A Editora Nova Palavra está lançando o livro *Ciência e Revolução Social*, uma coletânea de textos clássicos que discutem o papel da ciência na sociedade burguesa, seu lugar no desenvolvimento do modo de produção capitalista, sua capacidade ou não de, por si só, resolver as contradições sociais.

Recentemente, em função da pandemia do coronavírus, a ideia da ciência como divisor de águas na sociedade, opondo negacionistas aos que “seguem a ciência”, voltou a ser vendida pela burguesia e sua imprensa, na tentativa de construir um consenso que capturasse as organizações

operárias e populares para uma plataforma comum de medidas para combater a peste. Mas seria mesmo razoável um consenso nacional em torno da ciência?

É esta questão que *Ciência e Revolução Social* põe em tela.

A ideia da ciência como uma força autônoma, desligada das transformações sociais forjadas na luta de classes, isto é, da ciência como um imperativo absoluto, motor da história, tem uma trajetória no debate do movimento operário.

É desse tema que trata o dirigente trotskista Gérard Bloch em seu texto *Ciência, Luta de Classes e Revolução*, do qual *Ciência e Revolução Social*

reproduz, em nova tradução, largos extratos.

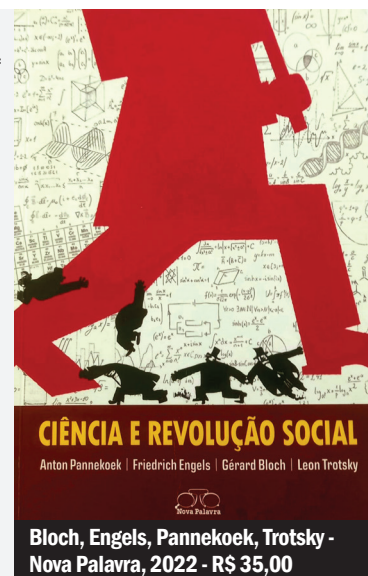
O prefácio de Engels a sua obra *Dialética da Natureza*, incluído em *Ciência e Revolução Social* demonstra que a emergência dessa forma específica de conhecimento é uma determinação das transformações profundas operadas na sociedade europeia pela revolução burguesa.

Trotsky aborda o problema do ângulo da defesa da ciência no quadro da decadência geral da sociedade burguesa. Este volume inclui seu artigo, “Materialismo Dialético e Ciência”, no qual o fundador da 4ª Internacional desenvolve seu argumento tanto sobre a

continuidade da herança científica e cultural quanto acerca da necessidade da revolução proletária e da edificação do socialismo como condição da plena liberdade científica.

A coletânea traz ainda o clássico texto de Anton Pannekoek, “Marxismo e Darwinismo”, no qual o astrônomo e militante holandês discute as complementariedades e as distinções entre a obra de Marx e a de Darwin.

Ciência e Revolução Social inclui uma Introdução de José Eudes Baima Bezerra (A Ciência nos salvará?), e se completa com o artigo de Everaldo de Oliveira Andrade, “As Ciências e a Luta da Classe



Trabalhadora”, que nos atualiza acerca da condição da produção científica no Brasil nos anos recentes.

Peça o seu com os militantes da Corrente O Trabalho.

Colabore com a luta da classe trabalhadora

ASSINE O TRABALHO

44 anos a serviço dos trabalhadores

assinatura mensal
R\$ 10/mês

assinatura semestral
R\$ 60/semestre

assinatura anual
R\$ 120/ano

assinatura solidária
R\$ 150/ano

